

Acesso das mulheres ao poder começa a ser visível na magistratura judicial

Poucas, ainda. E ainda fora do topo dos topos: nenhuma foi nomeada procuradora-geral da República ou eleita presidente do Supremo. Mas no Dia da Mulher de 2007 contam-se quatro mulheres em cargos cimeiros no MP e uma juíza no Supremo

① **Fernanda Cândia**
Carlos Rodrigues Lima

Maria José Morgado, Cândida Almeida, Francisca Van Dunen, Hortênsia Calçada, Laura Leonardo, Maria dos Prazeres Beleza. Seis mulheres no topo da carreira das respectivas magistraturas: as quatro primeiras como magistradas do MP, as duas últimas como juízas no Supremo Tribunal. Uma presença feminina cuja visibilidade na hierarquia começa a fazer jus à maioria de mulheres nos "postos" inferiores e nas faculdades de Direito.

Nomeada para dirigir o departamento de investigação e acção penal (DIAP) de Lisboa, Maria José Morgado junta-se, no topo da magistratura do MP, a Hortênsia Calçada, que chefia o DIAP do Porto, Francisca Van Dunen, que saiu da coordenação do DIAP para ocupar o lugar de procuradora distrital de Lisboa, e a Cândida Almeida, que "manda" no DCIAP (Departamento Central de Investigação e Acção Penal) – a estrutura do MP vocacionada para a investigação dos crimes mais complexos. Já Laura Leonardo é, aos 70 anos, a primeira juíza do Supremo Tribunal. A sua solidão feminina no meio de mais de 60 juízes-conselheiros homens deverá no entanto ser sanada em breve, com a entrada de Maria dos Prazeres Beleza, ainda que esta não tenha feito uma carreira na magistratura.

Porta aberta com o 25 de Abril
Mas Laura Leonardo garante ao DN não se sentir "isolada, nem discriminada". "Há uma óptima relação", diz, recordando os primeiros anos na magistratura no pós-25 de Abril: "Fiz julgamentos bem complicados no Alentejo por causa da Reforma Agrária e nunca fui alvo de críticas ou reparos por ser mulher, pelo contrário." E despede a ideia das quotas na judicatura: "Não gostava de entrar por uma quota, mas sempre pelo mérito", declara.



MARIA JOSÉ MORGADO Com 56 anos, já foi directora adjunta da PJ e procuradora-geral em dois tribunais. Coordena a investigação do 'Apito Dourado'



CÂNDIDA ALMEIDA Nasceu no Porto há 58 anos e está desde 1990 no DCIAP, que chefia desde 2000. Ficou conhecida como acusadora no julgamento das FP's 25.

Num país em que as mulheres foram legalmente impedidas de aceder à magistratura judicial até ao 25 de Abril, é talvez normal que a ascensão de uma juíza ao Supremo levasse 33 anos. Mas o contraste da solidão de Leonardo com a cascata de mulheres em estruturas de topo do MP (que antes do 25 de Abril era uma com a judicatura, tendo sido então separada) tem outras explicações. "Na

magistratura judicial é mais difícil encontrar algum protagonismo exterior, porque não é hierarquizada. No MP, as mulheres que lideram departamentos acabam por ter protagonismo porque são elas que aparecem a dar a cara", diz Francisca Van Dunen. Cândida Almeida garante que as "mulheres estão na magistratura com gosto e fazem bem o seu trabalho". Ambas acreditam que, dada a grande quanti-



FRANCISCA VAN DUNEN Coordenou o DIAP até Fevereiro, agora é procuradora distrital de Lisboa. Tem 51 anos e nasceu em Angola, tendo chegado a Portugal em 1977



MARIA HORTÊNSIA CALÇADA Natural de Vila do Conde, com 54 anos, dirige desde 2000 o DIAP do Porto, após passar por várias comarcas

dade de mulheres nas faculdades de Direito e no Centro de Estudos Judiciários, daqui a alguns anos ambas as magistraturas sejam completamente preenchidas por mulheres e, porque não, uma procuradora-geral.

O sociólogo João Paulo Dias, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, reforça a distinção entre as duas magistraturas no que à ascensão das mulheres res-

peita. "O MP, que era uma carreira 'vestibular' em relação à de juiz, foi toda renovada após a cisão, permitindo uma maior entrada de mulheres e a ascensão ao topo em idades mais jovens. Na judicatura isso levará mais tempo, porque é controlada pelas camadas cimeiras, compostas sobretudo por homens e muito conservadoras." Um conservadorismo e até um machismo, frisa o sociólogo, que é visível em alguns acordãos do Supremo que ficaram célebres, como aquele, dos anos 90, no qual se lia que duas estrangeiras violadas no Alentejo se tinham aventurado "na coutada do macho latino". "Os tribunais de primeira instância são muito mais arejados em termos de igualdade de género e dos valores do corpo e da vida", conclui João Paulo Dias, que anota também a falta de mulheres nas direcções das grandes sociedades de advogados.

Uma visão diversa da da advogada Paula Teixeira da Cruz, que enquanto membro do Conselho Superior de Magistratura foi relatora da candidatura de Laura Leonardo. "Não faz sentido partir para um discurso de género", assegura. "Não há uma maioria de mulheres a ascender ao topo, mas a maioria dos homens também não chegam lá." A desproporção actual na hierarquia das magistraturas, menos óbvia no MP, deve-se, para a jurista, ao "factor histórico" ("não houve ainda tempo para compensar a ausência de mulheres antes do 25 de Abril"), embora não despreze em absoluto a "questão cultural". Há muito mérito que ainda não é visível, concede Teixeira da Cruz, que no entanto certifica nunca ter sentido pessoalmente o género como "factor de exclusão".

"Há vários motivos para não vermos muitas mulheres em lugares cimeiros na magistratura, como noutros sectores. Um deles é a idade: há uma carga de deveres que ainda são e, sobretudo, foram, assacados ao género feminino, que as impedem de ascender. Razão pela qual é tão raro ver-mo-las em lugares que implicam ter 50 anos ou mais." ■